

*[Handwritten signature]*



# Relatório e Contas 2024

Março de 2025

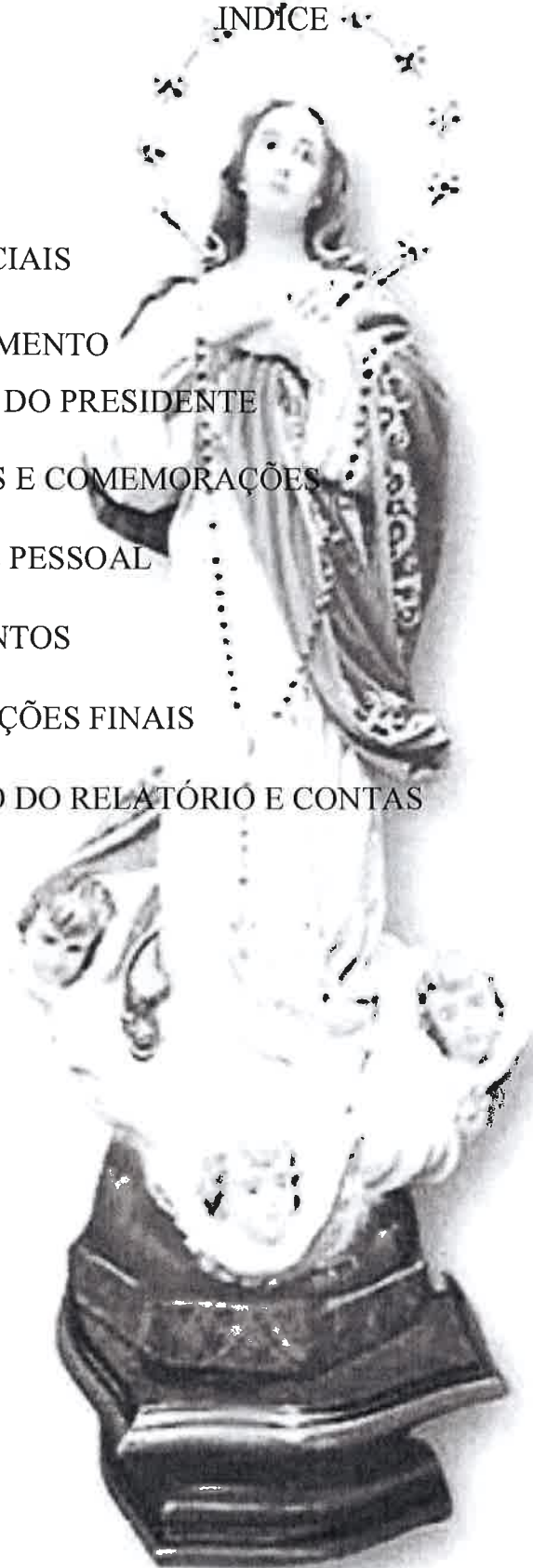




*[Handwritten signature in blue ink]*

INDÍCE

CORPOS SOCIAIS	3
ENQUADRAMENTO	4
MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
ATIVIDADES E COMEMORAÇÕES	7
QUADRO DE PESSOAL	7
INVESTIMENTOS	8
CONSIDERAÇÕES FINAIS	9
APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS	11





AA  
D  
S

CORPOS SOCIAIS

2024/2028

Mesa da Assembleia Geral

Função	Nome	Nº Sócio
Presidente	José Martins Pires da Silva	1157
1º Secretário	Tânia Cristina Neiva Dantas	1886
2º Secretário	Isaque Domingos Viana Rei	1768

Direção

Função	Nome	Nº Sócio
Presidente	João Pedro da Silva Saraiva	484
Vice-Presidente	Carlos Manuel Correia da Silva	697
Secretário	Cidália M.ª Martins Fernandes	1247
Tesoureiro	Amal Lopes Amorim	116
Vogal	M.ª de Fátima Cerqueira Amorim	1860

Conselho Fiscal

Função	Nome	Nº Sócio
Presidente	Bernardo Martins pereira Lamas	307
1º Vogal	João Manuel Armada Correia Rodrigues	1118
2º Vogal	Francisco José Pereira Pinto	128



AA  
[Handwritten signature]

## ENQUADRAMENTO

A Direção da Casa de Caridade Nossa Senhora da Conceição cumprindo e fazendo cumprir o preceituado na alínea i) do artigo 49.º dos seus Estatutos, apresenta o relatório de contas de gerência do ano 2024, submetendo-o com o parecer do Conselho Fiscal, à superior apreciação do Senhores Associados e demais Órgãos Sociais.

O presente relatório de contas dá a conhecer aos associados e ao público em geral as atividades realizadas pela Casa de Caridade Nossa Senhora da Conceição e pretende dar a conhecer, além do mais, o trabalho desenvolvido no último ano, bem como os movimentos e mapas financeiros que espelham o resultado económico da Instituição e o empenho de todos os envolvidos.

Na estrutura do presente relatório fazemos a caracterização das respostas sociais da instituição e da sua intervenção social, desenhamos como foco principal das nossas preocupações o trabalho da Direção Técnica e o papel fundamental de todos os colaboradores da Casa de Caridade Nossa Senhora da Conceição, os nossos recursos Humanos.

Relativamente às contas de gerência do ano de 2024 verifica-se um aumento dos gastos e perdas face aos rendimentos e ganho. Porém o resultado líquido do exercício continua a ser positivo no final do ano.

Trata-se de um relatório em que todas as ações desenvolvidas ao longo do ano, vão de encontro aos projetos e serviços relevantes para a Instituição, definidas e projetadas pelas linhas de orientação traçadas pela Direção da Casa de Caridade Nossa Senhora da Conceição, que sem falsas modéstias tem-se demonstrado eficiente e eficaz na recuperação económica e financeira da Instituição.





## MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros Associados:

Todos assistimos à tendência de uma população cada vez mais envelhecida, e a realidade portuguesa não é exceção, muito pelo contrário.

Regista-se um aumento da esperança média de vida, o que nem sempre significa melhor qualidade de vida. Por isso diariamente somos confrontados com o agudizar dos níveis de dependência das pessoas que acompanhamos, o que nos obriga e nos exige um acompanhamento ainda mais próximo e regular aos nossos concidadãos.

O documento que hoje vos apresentamos não pode servir apenas para informar os senhores associados sobre o trabalho desenvolvido nos últimos 365 dias.

Deve, antes do mais, servir para nos fazer refletir sobre as opções que tomamos, a qualidade e quantidade de serviços que prestamos, o seu reflexo na dinâmica de gestão e administração da Instituição, o seu impacto social na sociedade e finalmente, os resultados económicos e financeiros que acabamos por obter.

Este, documento é fruto do esforço e da dedicação de todos.

Ao rigor de gestão, que a Direção da Instituição tem imprimido na sua administração, contrapõem-se, com igual valor, o empenho e o profissionalismo de todos os seus colaboradores. Continuamos a acreditar na nossa Instituição e nos desígnios do seu fundador.

Nesta etapa da vida da Instituição, continuamos a acreditar que é possível nos redescobrimos, por isso precisamos de todos e todos seremos importantes.

Estamos num momento bonito de reestruturação da nossa Casa, e é muito importante que todos se sintam implicados nela.

É claro que, gerir e administrar esta Instituição continua a ser um desafio, essa é e continuará a ser a nossa bandeira.

A renovação traz, para uns, a ansiedade das primeiras vezes e, para outros, a resistência de mudanças organizacionais.

Para uns, a renovação incute esperança, para outros pode trazer insegurança.

Mas não tenhamos medo! Somos todos crescidos, sabemos que estas coisas são normais é preciso ter paciência, o caminho faz-se caminhando.

A reestruturação da nossa Instituição e dos serviços prestados aos nossos utentes e à comunidade, é uma Boa Notícia.



*[Handwritten signature in blue ink]*

Mas é normal que uma Boa Notícia não seja boa para todos ao mesmo tempo e da mesma maneira.

Somos muitos.

Somos muitos e muito diferentes.

Vivemos processos próprios. Somos felizmente uma Instituição toda feita de Pessoas, não há entre nós processos lineares de lógica industrial, coisa para autómatos ou peças em série.

Por isso, entre nós, há uma perseverança necessária no modo de vivermos a esperança, para virmos a testemunhar todos juntos que não é em vão que nos unimos.

Para isso é preciso um investimento de confiança, claro, uma profissão de fé na nossa bondade e na bondade dos outros.

Tomar decisões, nem sempre é fácil, principalmente, quando estas, aparentemente, se possam tornar polémicas.

Os anos de 2022, 2023 e 2024, foram anos marcados por desafios significativos e pela necessidade urgente de estruturar e estabilizar a nossa Casa, reafirmando a nossa identidade.

Enfrentamos diversos obstáculos, mas com resiliência e dedicação, conseguimos implementar mudanças fundamentais que nos colocam no caminho certo para um futuro mais sólido e promissor.

Hoje mais do que nunca, quero dirigir-me aos Órgãos Sociais, aos Associados e aos colaboradores da Instituição, pedindo que votem favoravelmente o presente relatório de contas, mas também, que aprovelem os documentos, que, nós iremos apresentar no segundo ponto da ordem de trabalhos, pois estou certo, que, mais do que nunca, estaremos a cumprir os desígnios da Instituição e os propósitos do seu fundador.

Obrigado a todos e que Deus nos ajude.





## ATIVIDADES E COMEMORAÇÕES

Promover o convívio dos utentes do lar de Ponte de Lima e Centro Comunitário de Refoios, Escola Superior Agrária de Refoios do Lima;

Comemoração das datas festivas, como Natal, Ano Novo,

Dia dos Avós,

Dia Internacional do Idoso,

Dia da Padroeira N.ª Sr.ª da Conceição,

Feiras Novas;

Festa de aniversário da Instituição;

Festa de aniversário dos utentes;

Passeios a locais culturalmente relevantes para os utentes;

Passeio anual da Junta de Freguesia de Ponte de Lima;

## QUADRO DE PESSOAL

Numa estrutura como a Casa de Caridade Nossa Senhora da Conceição é perfeitamente natural que o quadro de pessoal sofra oscilações, quer pela admissão, quer pela saída.

Desta forma, durante 2024 registamos a saída de 8 funcionários, uma das quais para passagem à reforma e a admissão de 11 novos funcionários.

Este número de admitidos deve-se essencialmente às saídas e às baixas que se fizeram sentir ao longo do ano de 2024.

A 31 de dezembro de 2024 a Casa de Caridade Nossa Senhora da Conceição tem um rácio de 70 funcionários, sendo que 45 estão na sede e 25 no polo de Refoios do Lima.

Assistimos novamente a um aumento do salário mínimo nacional em 2024 para €820,00, o que obrigatoriamente implicou a atualização dos salários dos funcionários que se encontram neste escalão remuneratório.





*Handwritten signature in blue ink.*

## INVESTIMENTOS

No que concerne a investimentos este exercício não é diferente dos anteriores, pois temos que ter sempre em atenção que as necessidades são diárias, e não podem de forma algum ser negligenciadas.

Assim os principais investimentos foram:

- 1 – Aquisição de um servidor;
- 2 – Aquisição de programas para inserir no próprio servidor;
- 3 – Aquisição de um computador;
- 4 – Reparação do elevador da ERPI de Ponte de Lima;
- 5 – Aquisição de uma arca frigorífica.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Casa de Caridade Nossa Senhora da Conceição é uma Instituição particular de solidariedade social, que tem como objeto social o apoio a pessoas idosas, através do funcionamento das respostas sociais de apoio domiciliário (SAD) e da suas Estruturas residenciais para Pessoas Idosas (ERPI).

A Instituição na comunidade, é uma organização em que as pessoas confiam, valorizam e reconhecem a importância dos serviços sociais que prestam, por isso, a Direção tem assumido o compromisso de dar continuidade ao processo iniciado no mandato anterior, valorizando os nossos recursos humanos, promovendo e incentivando a sua formação de modo a obter um serviço de excelência e qualidade.

Felizmente, ou, infelizmente, nem sempre é fácil recrutar pessoal, principalmente o recrutamento de pessoal qualificado.

O desnível entre o valor da oferta e o valor da procura, não é aconselhável para o recrutamento de pessoal pela sua escassez, com taxas de desemprego a baterem recordes nunca antes alcançados.

Diríamos até, que o recrutamento de pessoal qualificado apresenta desafios que o tornam num processo difícil, complexo e cada vez mais caro.

Mesmo assim, não deixaremos de o fazer, investindo na qualidade e inventando sempre novas soluções.

Pelo que, continua a ser vontade desta direção investir formação, na renovação dos nossos equipamentos, no fardamento dos nossos colaboradores, na introdução de novas tecnologias na Instituição e no parque automóvel, principalmente, no que diz respeito ao SAD.

Por sua vez, a situação financeira da Instituição mantém-se estável e recomenda-se. Porém, isso, não significa, que, o déficit não exista, pese embora, nos últimos dois anos a Instituição tenha reduzido aquele, cerca de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros).



Mesmo assim, estamos firmes e determinados em seguir em frente, com a consciência de que nada se encontra resolvido e que, muita coisa, ainda, está por fazer.

Um bem-haja a todos.





## APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS

O Presente Relatório e Contas referentes ao exercício de 2024 foram votados e aprovados, por unanimidade, em reunião de Direção a 19 de março de 2025.

*Ponte de Lima, 19 de março de 2025*

(Presidente - João Pedro da Silva Saraiva)

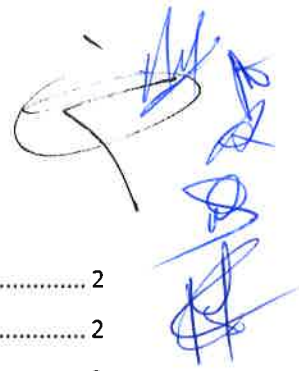
(Vice-Presidente - Carlos Manuel Correia da Silva)

(Secretário - Cidália Maria Martins Fernandes)

(Tesoureiro - Anibal Lopes Amorim)

(Vogal - Maria de Fátima Cerqueira Amorim)





## Índice

1	Identificação da Entidade.....	2
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	2
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1	Bases de Apresentação .....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	4
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	11
5	Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis .....	11
6	Empréstimos Obtidos.....	13
7	Inventários .....	13
8	Rédito .....	14
9	Imparidade de Ativos .....	15
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	15
11	Benefícios dos empregados .....	16
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	16
13	Outras Informações.....	17
13.1	Investimentos Financeiros .....	17
13.2	Créditos a Receber .....	17
13.3	Diferimentos.....	18
13.4	Caixa e Depósitos Bancários.....	18
13.5	Fundos Patrimoniais.....	18
13.6	Fornecedores .....	19
13.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	19
13.8	Outras Contas a Pagar .....	19
13.9	Subsídios, doações e legados à exploração.....	20
13.10	Fornecimentos e serviços externos.....	20
13.11	Imparidades/Provisões.....	21
13.12	Outros rendimentos .....	21
13.13	Outros gastos.....	22
13.14	Resultados financeiros.....	22
13.15	Acontecimentos após data de Balanço .....	22



## **1 Identificação da Entidade**

A “Casa de Caridade Nossa Senhora da Conceição” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” registada em 19 de janeiro de 1988, sob o nº 53/88 a folhas nº 193, do livro nº 3, das Associações de Solidariedade Social, nos termos do nº do Artº 13º do Regulamento das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria nº 778/93, com sede na Rua Agostinho José Taveira, nº 7 – 4990-072 Ponte de Lima.

Tem como propósito principal dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos,

1. O propósito referido no ponto anterior concretiza-se através dos seguintes domínios:
  - a. Apoio às pessoas Idosas
  - b. Apoio à família
  - c. Apoio à integração social e comunitária;

Através das Seguintes Respostas:

Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas

- a. Serviço de Apoio Domiciliário
- b. Centro de Dia
- c. Acompanhamento de Beneficiários de Rendimento Social de Inserção
- d. Outros protocolos celebrados com o ISS.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

### a) Referencial Contabilístico

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, há recurso, supletivamente e pela ordem indicada, às:

- NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

### b) Indicação e justificação das disposições do SNC que tenham sido derogadas



Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação contida nas demonstrações financeiras.

c) Comparabilidade das demonstrações financeiras

A informação é comparável com respeito ao período anterior para a maioria das quantias relatadas nas demonstrações financeiras, com as alterações referentes ao Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, foram aprovados novos instrumentos contabilísticos do SNC já referidos na nota 2 a), aplicáveis aos períodos que se iniciem em 01 de janeiro de 2019.

### 3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### 3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem



alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### **3.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### **3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis**

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.





As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	0-50
Equipamento básico	6-10
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6-10
Outros Ativos fixos tangíveis	4-8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

### 3.2.2 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros evidenciados no balanço estão registados ao custo de aquisição, dado que nenhuma das sociedades participadas se considera como subsidiária ou associada.

### 3.2.3 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o Custo Médio Ponderado. Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente



relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.4 Meios Financeiros Líquidos/Créditos a receber e a Pagar

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

### Fundadores/Associados/Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Esta corresponde à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

### Créditos a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total



ou parcialmente), estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas, como ativos não Correntes.

#### **Outros ativos e passivos financeiros**

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### **Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### **Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.5 Fundos Patrimoniais (Capital Próprio)**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo;

### **3.2.6 Subsídios e apoios do governo**

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza de que sejam recebidos e que a Instituição irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.



Os subsídios atribuídos a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis, são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

### 3.2.7 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.8 Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só se inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.





### Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### **3.2.9.Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) as IPSS estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação,



notificado ao Diretor Geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2004, inclusive, e cinco anos a partir de 2004), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### 3.2.10. Rédito

É registado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas prestações de serviços. É reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) (se aplicável), abatimentos e descontos.

### 3.2.11. Benefícios dos empregados

Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, isenção de horário de trabalho, diuturnidades, subsídios de turno, abono para falhas, prémios e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, por contrapartida de um passivo, que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias vence-se a 31 de dezembro do respetivo ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos respetivos são reconhecidos similarmente aos benefícios atrás referidos.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.

### 3.2.12. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos



materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Foram aplicadas as políticas contabilísticas condizentes com a estrutura conceptual, nomeadamente a aplicação do ponto 3 – Principais Políticas Contabilísticas, na parte referente à aplicação do regime do acréscimo (3.1.2) e ainda quanto ao ponto 3.2.7 – Provisões.

#### 5. Ativos Fixos Tangíveis

##### a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em “condições de utilização e pronto para uso”.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda / abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data daquela operação, sendo registadas na demonstração dos resultados, nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, respetivamente.

##### b) Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usados

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	0-50
Equipamento básico	6-10
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6-10
Outros Ativos fixos tangíveis	4-8

##### c) Movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações



Anexo em 31 de dezembro de 2024

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo	Aquisições	Abates	Depreciação do Exercício	Correção Valor	Saldo
	31-12-2023					31-12-2024
<b>Custo Aquisição</b>						
Terrenos e recursos naturais	156.354,72					156.354,72
Edifícios e outras Construções	2.316.096,61	83.486,81				2.399.583,42
Equipamento Básico	806.786,76	430,00				807.216,76
Equipamento de transporte	235.337,22					235.337,22
Equipamento administrativo	98.948,24	3.919,22				102.867,46
Outros Ativos Fixos Tangíveis	0,00					0,00
Investimentos em curso	97.483,46	10.562,81	77.705,24			30.341,03
<b>Total</b>	<b>3.711.007,01</b>	<b>98.398,84</b>	<b>77.705,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.731.700,61</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	7.090,31			28,37		7.118,68
Edifícios e outras construções	1.377.328,90			34.962,34		1.412.291,24
Equipamento básico	767.645,95			3.615,04		771.260,99
Equipamento de transporte	196.250,25			7.902,24		204.152,49
Equipamento administrativo	120.283,22			776,06		121.059,28
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>2.468.598,63</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>47.284,05</b>	<b>0,00</b>	<b>2.515.882,68</b>

**Propriedades de Investimento**

Descrição	Saldo	Aquisições	Abates	Depreciação do Exercício	Correção Valor	Saldo
	31-12-2023					31-12-2024
<b>Custo Aquisição</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras Construções	365.985,76					365.985,76
Equipamento Básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo						
Outros Ativos Fixos Tangíveis						
Investimentos em curso						
<b>Total</b>	<b>365.985,76</b>					<b>0,00</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	16.308,40			1.515,73		17.824,13
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo						
Outros Ativos fixos tangíveis						
<b>Total</b>	<b>16.308,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.515,73</b>		<b>17.824,11</b>

**Investimentos em curso**





Descrição	Saldo	Aquisições	Abates	Depreciação do Exercício	Correção Valor	Saldo
	31-12-2023					31-12-2024
<b>Custo Aquisição</b>						
Investimentos em curso	97.483,46	10.562,81	77.705,24			30.341,03
<b>Total</b>						
<b>Total</b>	<b>97.483,46</b>	<b>10.562,81</b>	<b>77.705,24</b>	<b>0,00</b>		<b>30.341,03</b>

#### Aquisição serviços em curso

Está em curso o serviço de arquitetura do projecto de construção do novo edifício no Campo de Golf, no montante de 30.341,03€.

#### Equipamentos

Os gastos incorridos com a remodelação da ERPI de Refóios, no montante de 77.705,24€, foi finalizada, com um acréscimo de 19 camas prontas a ocupar, estando a aguardar aprovação por parte da Segurança Social para a sua ocupação plena.

#### d) Movimentos ocorridos nos ativos Intangíveis e respetivas depreciações

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo	Aquisições	Abates	Depreciação do Exercício	Correção Valor	Saldo
	31-12-2023					31-12-2024
<b>Custo Aquisição</b>						
Programas de computador	0,00	496,18		82,68		413,50
<b>Total</b>						
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>496,18</b>		<b>82,68</b>		<b>413,50</b>

## 6 Empréstimos Obtidos

Descrição	2024		
	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	56.405,28	66.960,70	123.365,98
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>56.405,28</b>	<b>66.960,70</b>	<b>123.365,98</b>

Dos empréstimos realizados no ano de 2021, os saldos a 31 de dezembro eram os seguintes:

- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Minho, 2 empréstimos, um no montante de 70.588,14€ e outro no montante de 25.000,10€;
- Caixa Geral de Depósitos, um empréstimo no montante de 27.777,74€.

## 7 Inventários

a) Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada



Anexo em 31 de dezembro de 2024

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, as mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo são mensuradas ao menor do custo médio de aquisição ou do valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação). O método de custeio usado é o custo médio ponderado nas Matérias-Primas Subsidiárias ou de Consumo e o FIFO nas Mercadorias.

b) Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Saldo	2024		
	31-12-2023	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Donativos em espécie	0,00	40.293,82	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	14.763,69	252.090,60	0,00	17.130,54
<b>Total</b>	<b>14.763,69</b>	<b>292.384,42</b>	<b>0,00</b>	<b>17.130,54</b>
CMVMC				<b>290.017,57</b>

**8 Rédito**

a) Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

Tal como descrito na nota 3 deste anexo, o rédito é registado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas prestações de serviços. É reconhecido em resultados, líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), quando aplicável, abatimentos e descontos.

b) Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

Para os períodos de 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024
Vendas	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>	
Mensalidades dos Utentes	1.035.403,87
Quotizações	3.043,00
Internamentos, Consultas, e Enfermagem	0,00
Produtos alimentares e de Confeitaria	0,00
Outras prestações de serviços	0,00
<b>Total</b>	<b>1.038.446,87</b>



## 9 Imparidade de Ativos

### 9.1 Provisões

Foram criadas provisões para cobertura de riscos diversos:

Descrição	Saldo Atual	Reforço	Reversões
<b>Provisões</b>			
Segurança Social			
Comparticipação financeira recebida indevidamente (11 Utentes do Serviço de Apoio Domiciliário)	5.177,14	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>5.177,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Os saldos contabilizados em “Provisões”, são relativos a processos com a Segurança Social. Referem-se devoluções a efetuar da participação financeira recebida indevidamente por 11 utentes do serviço de apoio domiciliário que começou a ser devolvida no mês de maio. Esta reposição está a ser compensada pela Segurança Social nos pagamentos mensais dos acordos de cooperação/comparticipação no montante de 1.682,12/mês, encontrando-se suspensas.

## 10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

a) Política contabilística adotada para os subsídios do governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza de que sejam recebidos e que a Entidade irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os **subsídios à exploração** são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis, são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

a) Natureza e extensão dos subsídios do governo reconhecidos nas demonstrações financeiras

A 31 de dezembro de 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo”:

Descrição	2024
<b>Subsídios à Exploração</b>	
C.R.S.S. – Centro Regional de Segurança Social	
- Acordos de Cooperação	



Anexo em 31 de dezembro de 2024

- Terceira Idade	
- Lar PTL	357.619,14
- Apoio Domiciliário PTL	215.757,59
- Centro Comunitário de Refóios	200.936,97
- Apoio Domiciliário Refóios	77.965,27
- Donativos em dinheiro	10.902,36
- Donativos em espécie	40.293,82
- IEFP	
Município de Ponte de Lima	
- Apoio para Idosos	19.900,00
<b>Total</b>	<b>923.375,15</b>

### 11 Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos diretivos foram eleitos no ano de 2024 para o período de 2024 a 2028 e totalizam 5 elementos.

Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer remuneração de trabalho dependente e as deslocações às Entidades da Tutela são a título gracioso.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31 de dezembro de 2024 foi de 70, estando divididos da seguinte forma:

Lar de Ponte de Lima – 45 funcionários;

Lar de Refóios – 25 funcionários;

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024
Remunerações ao pessoal	928.206,41
Encargos sobre as Remunerações	206.990,10
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	10.047,27
Outros Gastos com o Pessoal	59.411,61
<b>Total</b>	<b>1.204.655,39</b>

### 12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### 13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.





### 13.1 Investimentos Financeiros

No período de 2024, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2024
Investimentos noutras empresas	0,00
Outros investimentos financeiros	0,00
Fundos de compensação para o trabalho	4.601,85
Fundo Reestruturação Setor Solidário (FRSS)	0,00
<b>Total</b>	<b>4.601,85</b>

Em 2024, foi pedido o resgate dos Fundos de compensação para o trabalho, sendo o mesmo deferido.

### Créditos a receber

#### 13.2 - Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	
Clientes	0,00
Utentes	152.251,84
<b>Adiantamentos de utentes e clientes</b>	
Clientes	0,00
Utentes	-5.723,81
<b>Perdas por imparidades</b>	
Clientes	
Utentes	-97.343,36
<b>Total</b>	<b>49.184,67</b>

Durante o exercício de 2024, foi identificado um aumento nas necessidades de reforço para imparidades, especialmente nos créditos a cobrar dos utentes, face a uma maior incerteza quanto ao recebimento integral de algumas quantias. Esse reforço das imparidades reflete a nossa postura conservadora e a adoção de uma política prudente de gestão financeira, tendo em vista a preservação da saúde financeira da instituição.

O reforço foi no montante de 71.123,68€



Anexo em 31 de dezembro de 2024

**- Outros créditos a receber**

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2024
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00
Outros devedores	0,00
Fundadores/Associados/Membros	6.920,12
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00
<b>Total</b>	<b>6.920,12</b>

**13.3 Diferimentos**

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024
<b>Gastos a Reconhecer</b>	
Seguros	2.405,45
Outros gastos a reconhecer	
- Portagens	149,87
- Outros bens e serviços	1.729,10
Adiantamento Comparticipação Utentes	-2.596,68
<b>Total</b>	<b>1.687,74</b>

**13.4 Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024
Caixa	228,37
Depósitos à ordem	53.523,66
Depósitos a prazo	0,00
<b>Total</b>	<b>53.752,03</b>

**13.5 Fundos Patrimoniais**

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	534.450,03	0,00	0,00	534.450,03
Reservas	108.661,38	0,00	0,00	108.661,38
Resultados transitados	-304.348,02	218.884,01	0,00	-85.464,01
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	515.693,52	32.584,55	31.981,46	516.296,61
Resultado líquido do exercício	218.884,01	0,00	35.979,92	182.904,09
<b>Total</b>	<b>1.073.340,92</b>	<b>251.468,56</b>	<b>67.961,38</b>	<b>1.256.848,10</b>



Em “Resultados Transitados” a variação é relativa à aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2023, no montante positivo de 218.884,01€.

Em “Outras variações nos fundos patrimoniais”, as diminuições são relativas a:

- Valores que foram transferidos para rendimento (subsídios ao investimento), para balancear com os gastos relacionados com as depreciações dos bens, na proporção dos subsídios recebidos (31.981,46€).

### Contas a Pagar

#### 13.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024
Fornecedores c/c	107.405,36
<b>Total</b>	<b>107.405,36</b>

#### 13.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024
<b>Ativo</b>	
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6.576,45
Retenção de Impostos sobre os rendimentos (IRS)	0,00
<b>Total</b>	<b>6.576,45</b>
<b>Passivo</b>	
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5.669,00
Segurança Social	32.051,95
Outros Impostos e Taxas	0,00
Outras Contribuições – Fundos de Compensação do Trabalho	637,62
<b>Total</b>	<b>31.782,12</b>

#### 13.8 Outros passivos correntes

A rubrica “Outro passivo corrente” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024	
	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>		
Remunerações a liquidar		165.566,63
Cauções		0,00
Outras operações		0,00
Fornecedores de Investimentos		341,03
Credores por acréscimo de gastos		



Juros a liquidar		0,00
Cauções		0,00
Outros acréscimos de gastos		985,71
<b>Outros credores</b>		
Outros credores		2.742,40
Sindicato		77,80
Instituto Segurança Social, IP		3.452,84
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>173.166,41</b>

### 13.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	872.178,97
Subsídios de outras entidades	0,00
Doações e heranças	51.196,18
<b>Total</b>	<b>923.375,15</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

### 13.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2024
Subcontratos	0,00
Serviços especializados	43.586,80
Materiais	12.949,71
Energia e fluidos	112.496,37
Deslocações, estadas e transportes	554,91
Serviços diversos	31.907,91
<b>Total</b>	<b>201.495,70</b>

### 13.11 Imparidades/Provisões

#### 13.11.1 Provisões

No período de 2024 ocorreram as seguintes variações relativas a provisões reconhecidas nos resultados:

Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para coberturas de riscos diversos	5.177,14	0,00	0,00	5.177,14
<b>Total</b>	<b>5.177,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.177,14</b>



**13.12 Outros rendimentos**

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024
Rendimentos Suplementares	
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	
Alienações ativos fixos tangíveis	0,00
Rendas	8.232,33
Outros	
Outros rendimentos e ganhos	
Correções relativas a períodos anteriores	27.811,85
Imputação de subsídios para investimentos	31.981,46
Restituição de impostos – Reembolso IVA + consignação IRS	453,21
Reembolso de funeral	0,00
Reembolso Linde (oxigénio) e outros	260,00
Recuperação dívidas utentes	4.559,32
Outros não especificados	1.169,67
<b>Total</b>	<b>74.467,84</b>

**13.13 Outros gastos**

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024
Impostos	4.420,98
Outros Gastos e Perdas	
Correções relativas a períodos anteriores	24.280,64
Imputações finais	0,00
Outros não especificados	0,00
Quotizações	0,00
Donativos	0,00
Multas e Penalidades	0,00
Outros gastos	135,45
<b>Total</b>	<b>28.837,07</b>

**13.14 Perdas por imparidade**

No período de 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024
<b>Em dívidas a receber</b>	
ERPI Ponte de Lima	45.286,19
ERPI Refóios	25.837,49
<b>Total</b>	<b>71.123,68</b>



### 13.15 Resultados Financeiros

No período de 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024
<b>Juros e gastos similares suportados</b>	
Juros suportados	
Juros de empréstimos bancários	8.373,92
Juros de mora e compensatórios	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00
<b>Total</b>	<b>8.373,92</b>

### 13.16 Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

### Eventos Futuros

Tensões internacionais, como a guerra na Ucrânia e no Médio Oriente, continuam a ter implicações globais, afetando diretamente os preços da energia e gerando desafios económicos. Isso impacta a capacidade de governos e organizações sociais em investir em serviços essenciais para populações vulneráveis. A estabilidade política será crucial para garantir que as IPSS possam continuar sua missão de apoio a quem mais precisa.

Espera-se que nos próximos anos haja um reforço das políticas sociais na União Europeia, com foco na inclusão social, redução da pobreza e apoio à integração de imigrantes e refugiados. Para as IPSS, isso pode significar um aumento na colaboração com o governo e novas formas de financiamento para expandir e diversificar os serviços oferecidos.



Ponte de Lima, 19 de março de 2025

O Contabilista Certificado,

*gilasnevdias*

A Direção,

*[Signature]*  
*Carlos Silva*  
*Q. do. para [illegible]*  
*[illegible]*  
*[illegible]*





Casa de Caridade Nossa Senhora da Conceição  
Demonstração Individual dos Resultados Por Naturezas

Período Findo em 31 de Dezembro de 2024

Moeda: Euro

Rubricas	Notas	DATAS	
		31/12/2024	31/12/2023
Vendas e serviços prestados	8	1 038 446,87	984 397,80
Subsidios à exploração	10	923 375,15	879 928,52
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	-290 017,57	-272 382,45
Fornecimentos e serviços externos	13.10	-201 495,70	-205 234,69
Gastos com pessoal	11	-1 204 655,39	-1 085 517,46
Imparidades de inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		-71 123,68	-26 219,68
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	13.12	74 467,84	41 017,90
Outros gastos e perdas	13.13	-28 837,07	-46 779,74
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>240 160,45</b>	<b>269 210,20</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-48 882,44	-41 594,46
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>191 278,01</b>	<b>227 615,74</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			7,41
Juros e gastos similares suportados	13.14	-8 373,92	-8 739,14
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>182 904,09</b>	<b>218 884,01</b>
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>182 904,09</b>	<b>218 884,01</b>

A Direcção

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

Contabilista Certificado

*[Handwritten signature]*



Casa de Caridade Nossa Senhora da Conceição  
Balço Individual em 31 de Dezembro de 2024

Moeda: Euro

Rubricas	Notas	DATAS	
		31/12/2024	31/12/2023
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5	1 185 476,90	1 199 447,77
Investimentos em curso	5	30 341,03	30 341,03
Propriedades de Investimento	5	348 161,65	362 296,94
Activos Intangíveis	13.1	413,50	
Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial			
Participações Financeiras - outros métodos			
Accionistas / Sócios			
Outros activos financeiros	13.1	4 601,85	4 601,85
Activos por impostos diferidos			
		<b>1 568 994,93</b>	<b>1 596 687,59</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	7	17 130,54	14 763,69
Utentes	13.2	54 908,48	72 499,11
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes publicos		6 576,45	14 167,36
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Assoc/Membros	13.2	6 920,12	6 972,12
Outras contas a receber	13.2	1 575,08	0,00
Diferimentos	13.3	4 284,42	1 568,29
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	13.4	53 752,03	41 188,04
		<b>145 147,12</b>	<b>151 158,61</b>
<b>Total do ACTIVO</b>		<b>1 714 142,05</b>	<b>1 747 846,20</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Fundos	13.5	534 450,03	534 450,03
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentais de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	13.5	108 661,38	108 661,38
Outras reservas			
Resultados Transitados	13.5	-85 464,01	-304 348,02
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	13.5	516 296,61	515 693,52
Resultado líquido do período	13.5	182 904,09	218 884,01
Interesses minoritários			
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>1 256 848,10</b>	<b>1 073 340,92</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	9.2	5 177,14	5 177,14
Financiamentos Obtidos	6	66 960,70	128 776,72
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		<b>72 137,84</b>	<b>133 953,86</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	13.6	107 405,36	204 359,77
Adiantamento de Utentes	13.2	5 723,81	8 958,95
Estado e outros entes públicos	13.7	38 358,57	34 009,02
Accionistas / Sócios			
Financiamentos Obtidos	6	56 405,28	56 476,63
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Assoc/Membros			
Outras Contas a Pagar	13.8	174 666,41	236 747,05
Diferimentos		2 596,68	
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros Passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		<b>385 156,11</b>	<b>540 551,42</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>457 293,95</b>	<b>674 505,28</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>1 714 142,05</b>	<b>1 747 846,20</b>

A Direcção

O Contabilista Certificado

*[Handwritten signatures and stamps]*

*[Handwritten signature]*





**CASA CARIDADE Nº Sra. CONCEICAO**

**Demonstração dos Resultados por Naturezas**

900101 - ERPI PTL || Do mês de Abertura ao mês de Regularizações

**Período findo em 31 de Dezembro de 2024**

UNIDADE MONETÁRIA (1)

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>2024</b>
Vendas e serviços prestados	494 585,43
Subsídios, doações e legados à exploração	401 730,09
Variação nos inventários da produção	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-99 766,04
Fornecimentos e serviços externos	-77 123,55
Gastos com o pessoal	-632 187,16
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-45 286,19
Provisões (aumentos/reduções)	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	0,00
Outros rendimentos e ganhos	28 314,92
Outros gastos e perdas	-17 746,93
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>52 520,57</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-18 991,79
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>33 528,78</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00
Juros e gastos similares suportados	-8 373,92
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>25 154,86</b>
Imposto sobre o rendimento do período	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>25 154,86</b>

(1) - Euro

**TSR - Sistemas de Informação, Lda.**

Licenciado a CASA CARIDADE Nº Sra. CONCEICAO

*Gilasnedez*



**CASA CARIDADE Nª Sra. CONCEICAO**  
**Demonstração dos Resultados por Naturezas**

900102 - APOIO DOMICILIARIO PTL || Do mês de Abertura ao mês de Regularizações

**Período findo em 31 de Dezembro de 2024**

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>2024</b>	UNIDADE MONETÁRIA (1)
Vendas e serviços prestados	122 402,29	
Subsídios, doações e legados à exploração	228 853,10	
Variação nos inventários da produção	0,00	
Trabalhos para a própria entidade	0,00	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-94 255,70	
Fornecimentos e serviços externos	-43 974,05	
Gastos com o pessoal	-149 877,10	
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	
Outros rendimentos e ganhos	15 948,63	
Outros gastos e perdas	-479,60	
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>78 617,57</b>	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	0,00	
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>78 617,57</b>	
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	
Juros e gastos similares suportados	0,00	
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>78 617,57</b>	
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>78 617,57</b>	

(1) - Euro

**TSR - Sistemas de Informação, Lda.**

Licenciado a CASA CARIDADE Nª Sra. CONCEICAO





**CASA CARIDADE Nª Sra. CONCEICAO**  
**Demonstração dos Resultados por Naturezas**  
900104 - ERPI RF || Do mês de Abertura ao mês de Regularizações  
Período findo em 31 de Dezembro de 2024

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>2024</b>	UNIDADE MONETÁRIA (1)
Vendas e serviços prestados	372 774,80	
Subsídios, doações e legados à exploração	209 346,67	
Variação nos inventários da produção	0,00	
Trabalhos para a própria entidade	0,00	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-56 553,43	
Fornecimentos e serviços externos	-54 389,06	
Gastos com o pessoal	-390 874,34	
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)	0,00	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-25 837,49	
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	
Outros rendimentos e ganhos	30 203,95	
Outros gastos e perdas	-10 264,59	
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>74 406,51</b>	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-29 890,65	
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>44 515,86</b>	
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	
Juros e gastos similares suportados	0,00	
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>44 515,86</b>	
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>44 515,86</b>	

(1) - Euro

**TSR - Sistemas de Informação, Lda.**

Licenciado a CASA CARIDADE Nª Sra. CONCEICAO

*Gilasmedias*

*[Handwritten signature]*





**CASA CARIDADE Nª Sra. CONCEICAO**

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

900105 - APOIO DOMICILIÁRIO REFOIOS || Do mês de Abertura ao mês de Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2024

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>2024</b>	<b>UNIDADE MONETÁRIA (1)</b>
Vendas e serviços prestados	48 684,35	
Subsídios, doações e legados à exploração	83 445,29	
Variação nos Inventários da produção	0,00	
Trabalhos para a própria entidade	0,00	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-39 442,40	
Fornecimentos e serviços externos	-26 009,04	
Gastos com o pessoal	-31 716,79	
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	
Outros rendimentos e ganhos	0,34	
Outros gastos e perdas	-345,95	
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>34 615,80</b>	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	0,00	
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>34 615,80</b>	
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	
Juros e gastos similares suportados	0,00	
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>34 615,80</b>	
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>34 615,80</b>	

(1) - Euro

**TSR - Sistemas de Informação, Lda.**

Licenciado a CASA CARIDADE Nª Sra.





## Saldo Acumulado de 2024

## Saldo do Mês de Encerramento

Conta	Descrição	Saldo Mensal			Saldo Acumulado		
		Débito	Crédito	Saldo	Débito	Crédito	Saldo
11	Caixa	0,00	0,00	0,00	321.436,87	321.208,50	228,37 D
12	Depósitos à ordem	0,00	0,00	0,00	2.005.091,35	1.951.567,69	53.523,66 D
21	Clientes e utentes *	0,00	0,00	0,00	1.165.235,83	1.116.051,16	49.184,67 D
22	Fornecedores *	0,00	0,00	0,00	590.504,15	697.909,51	107.405,36 C
23	Pessoal	0,00	0,00	0,00	825.495,47	825.420,39	75,08 D
24	Estado e outros entes públicos *	0,00	0,00	0,00	373.636,31	405.418,43	31.782,12 C
25	Financiamentos obtidos	0,00	0,00	0,00	123.703,39	247.069,37	123.365,98 C
26	Fundadores/patrocinadores   doadores   associados   membros	0,00	0,00	0,00	7.020,12	100,00	6.920,12 D
27	Outras contas a receber e a pagar	0,00	0,00	0,00	479.150,01	652.316,42	173.166,41 C
28	Diferimentos *	0,00	0,00	0,00	5.843,94	4.156,20	1.687,74 D
29	Provisões *	0,00	0,00	0,00	0,00	5.177,14	5.177,14 C
31	Compras	0,00	0,00	0,00	262.322,38	262.322,38	0,00
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	31.894,23	14.763,69	17.130,54 D
38	Reclassificação e regularização de Inventários e ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	40.293,82	40.293,82	0,00
41	Investimentos financeiros *	0,00	0,00	0,00	4.601,85	0,00	4.601,85 D
42	Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	365.985,76	17.824,11	348.161,65 D
43	Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	3.703.335,14	2.517.858,24	1.185.476,90 D
44	Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	496,18	82,68	413,50 D
45	Investimentos em curso	0,00	0,00	0,00	108.046,27	77.705,24	30.341,03 D
51	Fundos *	0,00	0,00	0,00	0,00	534.450,03	534.450,03 C
55	Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	108.661,38	108.661,38 C
56	Resultados transitados	0,00	0,00	0,00	380.388,31	294.924,30	85.464,01 D
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	31.981,46	548.278,07	516.296,61 C
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	290.017,57	290.017,57 C	312.264,00	312.264,00	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	0,00	201.495,70	201.495,70 C	201.723,92	201.723,92	0,00
63	Gastos com o pessoal	0,00	1.204.655,39	1.204.655,39 C	1.373.953,28	1.373.953,28	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	0,00	48.882,44	48.882,44 C	50.858,00	50.858,00	0,00
65	Perdas por Imparidade	0,00	71.123,68	71.123,68 C	71.123,68	71.123,68	0,00
68	Outros gastos e perdas	0,00	28.837,07	28.837,07 C	28.837,07	28.837,07	0,00
69	Gastos e perdas de financiamento	0,00	8.373,92	8.373,92 C	8.373,92	8.373,92	0,00
72	Prestações de serviços *	1.038.446,87	0,00	1.038.446,87 D	1.052.465,72	1.052.465,72	0,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração *	923.375,15	0,00	923.375,15 D	923.375,15	923.375,15	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	74.467,84	0,00	74.467,84 D	74.467,84	74.467,84	0,00
81	Resultado líquido do período	3.889.675,63	4.072.579,72	182.904,09 C	4.108.559,64	4.291.463,73	182.904,09 C
90	Contabilidade Analítica	0,00	0,00	0,00	7.654.955,68	7.654.955,68	0,00
<b>Totais:</b>		5.925.965,49	5.925.965,49	0,00	26.687.420,74	26.687.420,74	0,00 C

*Silvia Mendes*

